

Caderno de encargos

Parte I

Do contrato

Artigo 1.º

Objeto

O presente caderno de encargos tem por objeto a aquisição de serviços combinados de vigilância e segurança humana, de ligação à central de receção e monitorização de alarmes e ainda de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de segurança SADI- Sistema Automático de Detecção de Incêndio e SADIR- Sistema Automático de Detecção de Intrusão e Roubo nos três edifícios da ESEP, ou seja, sede, polo AG e polo CP, designadamente:

- a) Serviços de vigilância e segurança humana;
- b) Serviços de ligação à central de receção e monitorização de alarmes;
- c) Serviços de manutenção corretiva e preventiva dos sistemas de segurança.

Artigo 2.º

Definições

Para efeitos do presente Caderno de Encargos, apresentam-se ou adotam-se as seguintes definições:

CCP – Códigos dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31/08, e as alterações subsequentes;

Contrato – contrato a celebrar entre a entidade adjudicante e o adjudicatário nos termos do presente caderno de encargos;

Órgão competente para a decisão de contratar – Presidente da ESEP;

Entidade Adjudicante - Escola Superior de Enfermagem do Porto;

Adjudicatário – entidade a quem se adjudica a execução do contrato.

Artigo 3.º

Forma e documentos contratuais

- 1) O contrato será reduzido a escrito nos termos do ponto 1 do artigo 94.º do CCP.
- 2) Fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:
 - a) Os suprimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelas entidades convidadas, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos à proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3) Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.
- 4) Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pelo órgão competente para a decisão de contratar e aceites pelo adjudicatário.

Artigo 4.º

Duração do contrato

- 1) O contrato de aquisição de serviços tem a duração de 12 (doze) meses, a contar da data da produção dos efeitos, que deverá previsivelmente tomar lugar em 1 de janeiro de 2024 e poderá ser renovado até ao limite de três anos de contrato.
- 2) A denúncia do contrato pode ser efetuada por qualquer uma das partes, por carta registada, com a antecedência de 90 (noventa) dias.

Artigo 5.º

Obrigações do adjudicatário

- 1) O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
- 2) Constituem ainda obrigações do adjudicatário:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação a que estão obrigados, nos termos do artigo 81.º do CCP;

- b) Prestar os serviços à ESEP, conforme as normas legais vigentes aplicáveis ao exercício da atividade, as características técnicas e ambientais mínimas, níveis de serviço e requisitos do fornecimento definidos no presente caderno de encargos e demais documentos contratuais, emitindo as faturas mensalmente;
- c) Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
- d) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à ESEP, o facto que torne total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a ESEP;
- e) Não alterar as condições do fornecimento da prestação dos serviços fora dos casos previstos no presente caderno de encargos;
- f) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização da ESEP;
- g) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- h) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
- i) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.
- j) Transferir para seguradora a sua responsabilidade civil adveniente de deficiente manutenção das instalações ou de incumprimento das normas que lhe são aplicáveis;
- k) O seguro referido no ponto anterior não cobre a responsabilidade civil da ESEP, que deverá, se entender, transferi-la para entidade seguradora.

Artigo 6.º

Obrigações da ESEP

Constituem obrigações da ESEP:

- a) Monitorizar a qualidade da prestação do serviço;
- b) Pagar, no prazo acordado, as faturas emitidas pelo adjudicatário.

Artigo 7.º

Patentes, licenças e marcas registadas

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da obtenção ou utilização, no âmbito do contrato, de patentes, licenças ou marcas registadas.

Artigo 8.º

Alterações ao contrato

- 1) Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
- 2) A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 90 (noventa) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração;
- 3) O contrato pode ser alterado por:
 - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
 - b) Decisão judicial ou arbitral;
 - c) Razões de interesse público.
- 4) A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

Artigo 9.º

Subcontratação

- 1) O contrato tem carácter *intuitu personae*, pelo que o adjudicatário não pode subcontratar, no todo ou em parte, a execução do seu objeto.
- 2) Excetua-se da proibição do número anterior a subcontratação que seja objeto de autorização prévia e por escrito da entidade adjudicante.
- 3) Em caso de subcontratação, o adjudicatário mantém-se plenamente responsável pela prestação dos serviços objeto do contrato.

Artigo 10.º

Rescisão do contrato

- 4) As entidades adquirentes poderão rescindir o contrato com os fornecedores nos seguintes casos:
- a) Se o valor faturado ou apurado for igual ou inferior a 70% do valor fixo mensal contratado em 2 meses seguidos ou em 3 meses durante o período do contrato devido à aplicação de sanções por incumprimento dos níveis de serviço e/ou fornecimento deficiente em quantidade ou qualidade dos produtos, sem prejuízo do direito de aplicação das sanções a que haja lugar;
 - b) Quando houver incumprimento dos níveis de serviço.

Artigo 11.º

Preço base

- 1) O preço base que a ESEP se dispõe a pagar pela execução da prestação de serviços objeto do contrato a celebrar é € 118 558,09 (cento e dezoito mil, quinhentos e cinquenta e oito euros e nove cêntimos), valor anual. Assim, o valor máximo do contrato para 3 anos não poderá exceder os € 355.674,27 (trezentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e setenta e quatro euros e vinte e sete cêntimos).
- 2) Ao preço mencionado na alínea anterior acresce IVA à taxa em vigor.

Artigo 12.º

Horas suplementares e Trabalhos não previstos

Durante o período de vigência do contrato, caso se afigure necessário, poderá prever-se um valor correspondente de até 10% do preço contratual para efeito de horas extras e/ou trabalhos não previstos cuja execução por terceiros se revele inconveniente para o interesse público.

Artigo 13.º

Critério de adjudicação

- 1) A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, com avaliação do preço como único aspeto da execução do contrato a celebrar, sendo as propostas ordenadas pelo valor da proposta relativa às prestações regulares.
- 2) Não serão admitidas propostas que não apresentem valor para todos os itens (Valor mensal, Valor hora extra diurna e valor hora extra noturna).
- 3) Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será efetuado:

- a) 1.º Critério: Menor valor hora extra semana diurno;
- b) 2.º Critério: Menor valor hora extra semana noturno;
- c) 3.º Critério: Menor valor hora extra fim-de-semana noturno;
- d) 4.º Critério: Menor valor hora extra fim-de-semana diurno;
- e) 5.º Critério: Caso se mantiver a igualdade na aplicação do 4.º critério de desempate, o desempate será efetuado por sorteio, sendo notificados com um prazo de 5 (cinco) dias de antecedência todos os concorrentes da data e hora a efetuar o mesmo.

Artigo 14.º

Preço e condições de pagamento

- 1) O pagamento pela prestação de serviços será feito 30 dias após a data de receção pela ESEP das respetivas faturas.
- 2) O pagamento da prestação de serviços de vigilância e segurança será mensal.
- 3) Em caso de discordância por parte da ESEP, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar à entidade adjudicatária, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando a entidade adjudicatária obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida ou à emissão de nota de crédito/débito.
- 4) Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no nº 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Artigo 15º

Caução e regime de liberação

- 1) O valor da caução é de 5% do valor anual de acordo com o estipulado no n.º 4 do artigo 89.º do CCP. Cada renovação é condicionada à prestação de nova caução.
- 2) A liberação integral da caução, respeitante a cada ano, será promovida no prazo de 30 dias após o termo do cumprimento das respetivas obrigações contratuais.
- 3) Quando aplicável, a prestação de nova caução respeitante a cada renovação deverá ocorrer nos 90 dias que antecedem a data em que inicia o ano da renovação em questão.

Artigo 16º

Avaliação da qualidade da prestação de serviços

- 1) A apreciação da qualidade da prestação de serviços deve ser realizada recorrendo a avaliações onde o avaliador definirá a conformidade com os níveis de serviço definidos no artigo 18.º, nos termos seguintes:
 - a) Para o serviço de vigilância e segurança humana:
 - i. Devem ser realizadas no mínimo 2 avaliações anuais a cada local de prestação de serviços;
 - ii. A avaliação da qualidade dos aspetos da prestação de serviços constantes do Anexo A ao presente caderno de encargos é efetuada através da sua apreciação individual. Para o efeito, atribui-se um dos três níveis definidos para a avaliação: bom, suficiente e insuficiente;
 - iii. No caso de resultar da avaliação a atribuição de mais de 2 níveis “Suficiente”, ou de 1 “Insuficiente” e nenhum “Bom”, são aplicadas sanções nos termos definidos no artigo 25.º.
 - b) Para os serviços de ligação à central de receção e monitorização de alarmes deve ser realizado um teste periódico para confirmação do bom funcionamento da ligação, do equipamento, da correta monitorização dos sinais e do cumprimento do tempo de resposta máximo admitido para a chamada de retorno definido nos níveis de serviço constantes do artigo 18.º.
2. No caso de a avaliação referida no número anterior ser considerada insatisfatória, a entidade adquirente pode solicitar a cessação da prestação dos serviços.

Artigo 17º

Requisitos e especificações da prestação de serviços

O prestador de serviços obriga-se a cumprir, nomeadamente, os seguintes requisitos mínimos:

- a) Serviços de vigilância e segurança humana:
 - i. Realizar o controlo de acessos às instalações no que se refere a pessoas, viaturas e mercadorias, bem como controlar o acesso e/ou permanência de pessoas não autorizadas a áreas restritas ou reservadas;

- ii. Proceder ao registo de todas as pessoas e viaturas que tenham acesso às instalações conforme os procedimentos em vigor e/ou aprovados pela entidade adquirente;
- iii. Realizar o atendimento e encaminhamento de chamadas do número geral da escola;
- iv. Intervir em situações de emergência, incluindo aquelas em que possa ser requerida a evacuação total ou parcial dos ocupantes das instalações;
- v. Monitorizar os sistemas de controlo e segurança das instalações, designadamente a deteção de intrusão, deteção de incêndios, controlo de acessos, CCTV, entre outros;
- vi. Vigiar as instalações de forma a prevenir a ocorrência de conflitos ou outros incidentes capazes de impedirem o normal funcionamento das instalações;
- vii. Cumprir e fazer cumprir os regulamentos e outros normativos das instalações;
- viii. Desencadear as ações preliminares de correção de anomalias, de acordo com as instruções em vigor em cada instalação, nomeadamente de prevenção de furtos, incêndios, inundações, explosões, solicitando a intervenção dos meios de apoio adequados;
- ix. Proceder aos cortes de energia elétrica e gás, conforme as instruções em vigor e/ou plano de emergência;
- x. Inspeccionar regularmente o estado dos equipamentos de primeira intervenção em caso de incêndio (em especial extintores, carretéis e bocas de serviço);
- xi. Informar, por escrito, o responsável das instalações, de quaisquer situações anómalas que ocorram durante o período de serviço;
- xii. Realizar, no início e no final do horário, a ronda de serviço no interior da instalação;
- xiii. Realizar a abertura e o encerramento das instalações;
- xiv. Realizar as normas técnicas de serviço para o seu pessoal, submetendo-as previamente à aprovação da entidade adquirente;

- xv. Disponibilizar, a pedido do cliente, vigilantes para a prestação de serviços extra (a satisfazer no prazo máximo de 60 minutos nos casos de colocação no local de 1 ou 2 vigilantes adicionais).
- b) Serviços de ligação à central de receção e monitorização de alarmes:
- i. Possuir equipamento e *software* de gestão de alarmes que execute os registos automáticos das horas de receção de alarmes bem como das horas de execução das chamadas telefónicas, com registo do número marcado;
 - ii. Monitorizar os sistemas de televigilância, alarme de deteção de incêndio e intrusão das instalações do cliente e o bom funcionamento da ligação e respetivos equipamentos;
 - iii. Garantir a prestação de serviços remotos de manutenção, manuseio e confirmação do bom funcionamento dos equipamentos;
 - iv. Informar, por escrito, o responsável das instalações de quaisquer situações anómalas registadas;
 - v. Guardar as chaves das instalações;
 - vi. Garantir o cumprimento do procedimento, no caso de receção de alarme, em que o operador deve:
 - Efetuar chamada de retorno para as instalações onde se encontra o sistema de deteção e verificar a natureza do alarme;
 - No caso de não ser obtida qualquer resposta à chamada de retorno, enviar ao local um piquete munido das chaves das instalações, para efeitos de identificação do acontecimento desencadeador do alarme;
 - No caso de existirem indícios de situação de violência ou assalto, contactar as autoridades policiais.
 - vii. Garantir o envio de piquetes de intervenção, sem qualquer custo adicional para a ESEP, exceto no caso de intervenção não justificada (situação em que o acionamento de alarme é originado por má operação dos sistemas de segurança por parte da ESEP; inclui-se no mesmo entendimento as originadas por defeitos ou falhas dos sistemas de segurança sempre e quando os mesmos sistemas não sejam mantidos pela mesma entidade prestadora de serviços de ligação à central de monitorização e receção de alarmes);

- viii. Em caso de necessidade de contactar a ESEP deve ser utilizada para o efeito a lista fornecida com os contactos pré-definidos;
 - ix. Garantir, nos casos de intervenção justificada, a permanência do piquete de intervenção no local, sem custos adicionais durante a primeira hora e sempre que a situação o justifique.
 - x. O custo associado às ligações da central recetora de alarmes já deve incluir um valor fixo mensal para os piquetes ou ocorrência a disparos independente do número de disparos que ocorram.
- c) Serviços de manutenção e manutenção preventiva aos sistemas de segurança nomeadamente, SADI e SADIR:
- a. Realizar uma manutenção no mínimo anual, nos três edifícios de ESEP de acordo com o plano de manutenção da central de intrusão que deve incluir no mínimo as seguintes ações:
 - a. Inspeção visual da central e do conjunto dos detetores, botões de alarme e periféricos;
 - b. Verificação operacional dos detetores de incêndio da instalação de acordo com a legislação em vigor;
 - c. Incluir registo dos detetores testados;
 - d. Verificação operacional de 100% das betoneiras de emergência;
 - e. Verificação operacional de 100% das sirenes de emergência;
 - f. Confirmação programação e funcionamento de equipamentos;
 - g. Confirmação e testar carga de baterias;
 - h. Verificação estado de conservação e limpeza de partes moveis do sistema;
 - i. Verificação o estado de operacionalidade da interação caso exista, com outros ou sistemas exteriores e subsequentes alterações registadas no registo de ocorrências/registo de segurança;
 - b. Realizar uma manutenção no mínimo anual, nos três edifícios de ESEP de acordo com o plano de manutenção da central de deteção de incêndio que deve incluir no mínimo as seguintes ações:
 - a. Programação de central de deteção de incêndio;
 - b. Confirmação que a programação da central está de acordo com o funcionamento atualmente aprovado para o edifício;

- c. Inspeção visual da central e do conjunto dos detetores, teclados e periféricos;
 - d. Verificação operacional dos detetores de intrusão;
 - e. Verificação operacional de 100% das barras antipânico de emergência;
 - f. Verificação operacional de 100% das sirenes de emergência;
 - g. Confirmação programação e funcionamento de equipamentos;
 - h. Confirmação e teste de carga de baterias;
 - i. Verificação estado de conservação e limpeza de partes moveis do sistema;
 - j. Verificação o estado de operacionalidade da interação caso exista, com outros ou sistemas exteriores e subsequentes alterações registadas no registo de ocorrências/registo de segurança;
- c. Em ambos os sistemas deve estar previsto avisar o Cliente, por escrito, de quaisquer reparações ou substituição de peças ou componentes que se tornem necessárias, para segurança dos utentes e bom funcionamento do(s) aparelho(s);
- d. Devem ainda estar previstas até 12 deslocações e manutenções não programadas para correção de defeitos ou anomalias;
- e. Deve existir afeto ao contrato da ligação do alarme o serviço de piquete onde é enviado um vigilante ao local de modo a efetuar a verificação da causa do disparo de alarme;

Artigo 18º

Níveis de serviço

O prestador de serviços obriga-se a cumprir os níveis de serviço referidos nas alíneas seguintes:

- a) Serviços de vigilância e segurança humana:
 - i. Cumprimento de horários - Colocação de pessoal afeto ao serviço em conformidade com os horários contratados;
 - ii. Substituição de pessoal:
 - Não substituir pessoal sem aprovação prévia da entidade adquirente, salvo em casos de emergência;

- Substituir qualquer elemento do seu pessoal, a pedido da entidade adquirente, no período máximo de 60 minutos após a comunicação;
 - Cumprimento da periodicidade da frequência das visitas de inspeção às instalações do cliente para supervisão da prestação de serviços, a qual nunca poderá ser inferior a uma visita por cada período de 14 dias.
- b) Serviços de ligação à central de receção e monitorização de alarmes:
- i. O tempo admitido para a realização da chamada de retorno ao cliente nunca poderá ser superior a 60 segundos, após a receção do sinal de alarme na central;
 - ii. O tempo de chegada do piquete de intervenção às instalações do cliente nunca poderá exceder 30 minutos, após a receção do sinal de alarme na central.

Artigo 19.º

Segurança e Confidencialidade

- 1) A ESEP garantirá à entidade adjudicatária o acesso às instalações para a realização dos trabalhos necessários ao cumprimento do presente contrato.
- 2) A ESEP acordará com a entidade fornecedora as normas de identificação do seu pessoal e os procedimentos adequados para o acesso e circulação nas instalações.
- 3) A entidade adjudicatária obriga-se a respeitar a confidencialidade sobre todos os dados a que tenha acesso, nos termos do ponto 2) alínea h) do artigo 5.º do presente Caderno de encargos.

Artigo 20.º

Boa-fé

As partes obrigam-se a atuar de boa-fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

Artigo 21.º

Uso de sinais distintivos

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra sem o seu prévio consentimento escrito.

Parte III
Especificações técnicas

Artigo 22.º

Local e prazo

- 1) Os serviços objeto do presente contrato são prestados nos seguintes locais:
 - a) Sede: Rua Dr. António Bernardino de Almeida – 4200-072 Porto;
 - b) Pólo D. Ana Guedes: Rua Professor Álvaro Rodrigues – 4100-040 Porto;
 - c) Pólo Cidade do Porto: Rua Álvares Cabral, 394 – 4050-040 Porto.
- 2) A prestação de serviços tem início no dia 1 de janeiro de 2024.

Artigo 23.º

Outras especificações técnicas do serviço a prestar

- 1) O serviço de portaria compreende também o serviço de atendimento telefónico e respetivo encaminhamento de chamadas.

Artigo 24.º

Horários e tipologia da prestação de serviços de segurança e vigilância

- 1) Os serviços de vigilância e segurança devem ser prestados nos seguintes horários:
 - a. **Sede** – 24 horas por dia/ 7 dias por semana
 - b. **Pólo de D. Ana Guedes:**
Todo o ano com exceção do mês de agosto em que se encontra encerrado
 - Das 13h30 às 20h00 (2.ª a 6.ª feira);
 - Sábados, domingos e feriados: encerrado;
 - c. **Pólo Cidade do Porto:**
Todo o ano com exceção do mês de agosto em que se encontra encerrado
 - Das 14h00 às 18h00 (2.ª a 6.ª feira);
 - Sábados, domingos e feriados: encerrado;
- 2) Para os horários previstos nas alíneas b e c do número anterior o horário dos serviços de vigilância deve ser previsto de modo a garantir que o vigilante tem tempo suficiente para efetuar a ronda antes da abertura e após o encerramento.

- 3) No edifício sede considerando que o horário de abertura do edifício ao público é inferior a 24 horas dia, os serviços de realização de ronda serão incorporados nessas 24 horas.
- 4) As tipologias de horário poderão sofrer ajustes, a comunicar com uma antecedência mínima de 5 dias úteis, desde que tal não implique alteração do número de horas contratadas, a tipologia das mesmas ou o número de horas apuradas numa base trimestral.
- 5) Os horários poderão ser alterados com a possibilidade de compensação nos 3 meses seguintes.
- 6) Deve estar prevista a possibilidade de mobilização das horas alocadas a um local para outro local.
- 7) Os concorrentes devem, obrigatoriamente, indicar nas suas propostas os valores referentes às seguintes tipologias de serviço bem como o horário dos vigilantes a afetar em cada edifício:

Valor mensal de serviços regulares	€
Valor anual de serviços regulares	€
Valor hora regular	€
Valor hora extra semana diurna	€
Valor hora extra semana noturna	€
Valor hora extra fim-de-semana diurna	€
Valor hora extra fim-de-semana noturna	€
Horário vigilantes edifício sede	
Horário vigilantes polo CP	
Horário vigilantes polo AG	

Especificações Técnicas Adicionais

Avaliação da qualidade da prestação de serviços de vigilância e segurança			
Principais Caraterísticas		Bom	Suficiente
1	Assiduidade e pontualidade		

2	Atitude, aprumo, apresentação e postura de acordo com as condições definidas pela entidade adquirente			
3	Domínio de conhecimento técnico de operação dos sistemas de segurança instalados			
4	Capacidade de resposta adequada às solicitações e instruções da entidade adquirente			
5	Informações recebidas de terceiros (quando existentes) referente à qualidade da prestação de serviços			
6	Cumprimento da frequência de supervisão da prestação do serviço			

Parte III

Disposições finais

Artigo 25.º

Sanções

- 1) O incumprimento dos níveis de serviço mínimos definidos no artigo 18.º confere à entidade adquirente o direito à aplicação de sanções, nos termos do número seguinte.
- 2) Em caso de incumprimento dos níveis de serviço mínimos fixados no artigo 18.º para a prestação de serviços de vigilância e segurança, podem ser aplicadas sanções nos seguintes termos:

a) Serviços de vigilância e segurança humana:

- i. Cumprimento de horários: Pelo incumprimento do estabelecido na subalínea i) da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º é aplicada uma sanção fixa de 100€ (cem euros) por ocorrência, à qual acresce uma sanção adicional, calculada da seguinte forma:

$$S = h * HH * 2$$

Sendo,

S = Sanção (em Euros)

h = Número de horas ou fração em atraso

HH = valor hora/homem contratado em Euros

- ii. Substituição de pessoal:

- Pelo incumprimento do estabelecido no ponto i. da subalínea ii) da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º é aplicada uma sanção fixa de 500€ (quinhentos Euros) por ocorrência;
- Pelo incumprimento do estabelecido no ponto ii. da subalínea ii) da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º é aplicada uma sanção fixa de 200€ (duzentos euros) por ocorrência, à qual acresce uma sanção adicional, calculada da seguinte forma:

$$S = h * HH * 2$$

Sendo,

S = Sanção (em Euros)

h = Número de horas ou fração em atraso

HH = valor hora/homem contratado em Euros

b) Serviços de ligação a central de receção e monitorização de alarmes:

- Pelo incumprimento do estabelecido na subalínea i) da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º é aplicada uma sanção de 50€ (cinquenta Euros) por cada período de 10 segundos de atraso, para além do tempo máximo definido para a realização da chamada de retorno;
- Pelo incumprimento do estabelecido na subalínea ii) da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º é aplicada uma sanção de 500€ (quinhentos Euros) por cada período de 10 minutos de atraso,
- Para além do tempo máximo definido para a chegada do piquete de intervenção ao local;

c) Serviços de manutenção corretiva e preventiva dos sistemas de segurança:

- Em caso de incumprimento do disposto na alínea c) do art.17º poderá ser aplicada uma sanção pecuniária de €25,00 por cada incumprimento detetado e comunicado no máximo de 4 por mês.

- 3) No caso de atribuição de mais de 2 níveis “Suficiente” ou no caso de atribuição de 1 “Insuficiente” e nenhum “Bom” nos resultados das avaliações da qualidade da prestação de serviços de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º, será aplicada pela entidade adquirente ao prestador de serviços uma sanção de 200€ (duzentos euros) e 100€ (cem euros), respetivamente.

- 4) O valor das sanções é descontado na fatura referente ao período em que se deu o facto que originou a sua aplicação.
- 5) O incumprimento contratual determina a aplicação de sanções pecuniárias por parte da entidade adjudicante.

Artigo 26.º

Comunicações e notificações

- 1) Em sede de execução contratual, todas as comunicações da ESEP dirigidas ao adjudicatário são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado, fax ou correio eletrónico, de acordo com os elementos a indicar pelo adjudicatário.
- 2) Em sede de execução contratual, todas as comunicações do adjudicatário dirigidas à ESEP são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado, fax ou correio eletrónico, de acordo com os seguintes elementos:

Escola Superior de Enfermagem do Porto

Serviço de Gestão de Recursos - Aprovisionamento

Rua Dr. António Bernardino de Almeida – 4200-072 Porto

Fax: +351 22 509 63 37

E-mail: aprovisionamento@esenf.pt

Artigo 27.º

Cláusula arbitral e foro competente

- 1) Qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação ou execução do contrato que não seja consensualmente resolvido no prazo máximo de 30 (trinta) dias será decidido por recurso à arbitragem.
- 2) A arbitragem será realizada por Tribunal Arbitral, composto por três árbitros, sendo um escolhido pela entidade adjudicante, outro pelo adjudicatário e um terceiro, que presidirá, escolhido pelos dois árbitros anteriores.
- 3) A nomeação dos árbitros pelas partes deverá ser feita no prazo de 15 (quinze) dias a contar da receção, por escrito, do pedido de arbitragem.
- 4) Na falta de acordo, o árbitro presidente será designado pelo Presidente do Tribunal Central Administrativo a requerimento de qualquer das partes.

- 5) Se decorrerem mais de 3 (três) meses sobre a data da indicação do primeiro árbitro sem que o Tribunal Arbitral esteja constituído, pode qualquer das partes recorrer aos tribunais administrativos, considerando-se, então, devolvida a jurisdição a esses tribunais.
- 6) Se não houver acordo quanto ao objeto do litígio, o mesmo será o que resultar da petição da parte demandante e da resposta da parte demandada, se a houver, sendo fixado pelo árbitro presidente.
- 7) O Tribunal Arbitral funcionará em [indicar local] e julgará segundo a equidade, devendo a respetiva decisão ser proferida no prazo de 3 (três) meses a contar do termo da instrução do processo.
- 8) Das decisões do Tribunal Arbitral cabe recurso nos termos gerais do direito.
- 9) Em tudo o omissa é aplicável o disposto na Lei n.º 31/86, de 29 de Agosto e no Título IX do Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

Artigo 28º

Contagem dos prazos na fase de formação dos contratos

- 1) Os prazos referidos no presente caderno de encargos, relativos aos procedimentos de formação de contratos contam-se nos termos do disposto no art.º 72 do Código de Procedimento Administrativo e não lhes é aplicável, em caso algum, o disposto no art.º 73.º do mesmo Código.
- 2) Os prazos fixados para a apresentação das propostas, são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

Artigo 29º

Contagem dos prazos na fase de execução dos contratos

- 1) À contagem de prazos na fase de execução, são aplicáveis as seguintes regras:
 - a) Não se inclui na contagem do prazo o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o mesmo começa a correr;
 - b) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
 - c) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, se no último mês não existir dia correspondente o prazo finda no último dia desse mês;

- d) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato que não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.
- 2) O disposto na alínea d) do número anterior também é aplicável aos prazos que terminem em férias judiciais se o ato sujeito a prazo tiver de ser praticado em juízo.

Artigo 30º

Regime contraordenacional

Para além das sanções por incumprimento previstas no artigo 25º do presente Caderno de encargos, constituem contraordenações muito graves as previstas no artigo 456º, contraordenações graves as previstas no art.º 457º e contraordenações simples as previstas no art.º 458º, todos do Código de Contratos Públicos.

Artigo 31.º

Proteção de dados

- 1) O adjudicatário assume que:
 - a) Se encontra vinculado ao integral cumprimento de todas as disposições legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, designadamente o Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento (UE) N.º 2016/679, de 27 de abril de 2016, com as alterações subsequentes, adiante apenas RGPD), bem como toda a legislação que no ordenamento jurídico português verse sobre estas matérias;
 - b) No tratamento dos dados pessoais transmitidos no âmbito da execução do presente contrato, obedecerá à política e às instruções documentadas da Primeira Outorgante (responsável pelo tratamento), incluindo no que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, exceto se for obrigado a fazê-lo pelo direito da União ou do Estado-Membro a que está sujeito, informando nesse caso o responsável pelo tratamento desse requisito, antes de proceder a essa transferência, salvo se tal informação for proibida por motivos de interesse público;
 - c) Garante que as pessoas autorizadas a tratar os referidos dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;

- d) Adota todas as medidas de segurança do tratamento, designadamente, mas não exclusivamente:
 - i) A pseudonimização e a cifragem de dados pessoais;
 - ii) A capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - iii) A capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada em caso de incidente físico ou técnico.
- e) Tem um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento;
- f) Apenas contratará outro subcontratante se o Responsável pelo tratamento o autorizar ou, em caso de autorização prévia, comunicará ao Responsável pelo Tratamento a contratação de um subcontratante que deverá respeitar todas as obrigações de tratamento decorrentes do RGPD;
- g) Prestará assistência ao Responsável pelo tratamento através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que este cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos;
- h) Prestará assistência ao Responsável pelo tratamento no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações de segurança no tratamento, notificação à autoridade de controlo e aos titulares em caso de violação de dados pessoais, avaliação de impacto sobre a proteção de dados e consulta prévia, tal como previstas nos artigos 32.º a 36.º do RGPD, tendo em conta a natureza de tratamento e a informação ao dispor do Segundo Outorgante;
- i) Dependendo da opção do Responsável pelo tratamento, apagará ou devolverá todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros; e
- j) Disponibilizará ao Responsável pelo tratamento todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações que impendem sobre o Segundo outorgante e facilita e contribui para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pelo responsável pelo tratamento ou por outro auditor para este mandatado; e
- k) Compromete-se a informar imediatamente o Responsável pelo tratamento se considerar que alguma instrução viola o RGPD ou outras disposições do direito da União ou dos Estados-Membros em matéria de proteção de dados.

- 2) O incumprimento destes deveres e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa.
- 3) A entidade adjudicante e o adjudicatário declaram que serão transmitidos entre ambos os dados pessoais de identificação e relativos aos respetivos cargos e/ ou poderes funcionais das pessoas singulares que os representam na celebração e execução do Contrato e assumem que:
 - a) Estas operações de tratamento são realizadas em situação de responsabilidade conjunta e identificadas no final da presente Cláusula.
 - b) As Partes obrigam-se a tratar de forma absolutamente confidencial os dados pessoais, utilizando-os exclusivamente para os fins abaixo identificados e no estrito cumprimento das disposições legais aplicáveis em matéria de tratamento de dados pessoais, no sentido conferido pelo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, e demais legislações comunitárias e nacionais aplicável.
 - c) Fica responsável pelo cumprimento dos deveres de informação previstos no RGPD perante o titular de dados que seja representante ou colaborador a Parte a quem o representante ou o colaborador se encontre vinculado.
 - d) Sem prejuízo da possibilidade de o titular dos dados exercer os direitos que lhe confere o RGPD em relação a cada um dos responsáveis pelo tratamento, as Partes acordam que cada uma assumirá o papel de ponto de contacto com os respetivos representantes ou colaboradores para efeitos do exercício de qualquer direito conferido por legislação de proteção de dados.
 - e) A recolha e conservação dos dados pessoais mencionados no número anterior destinam-se à identificação dos representantes das Partes, de forma a assegurar os seus poderes para vincular as Partes e ao cumprimento de obrigações legais de divulgação por parte da entidade adjudicante, sendo conservada durante todo o período de execução do Contrato e durante os dez anos seguintes ao termo deste, para cumprimento do artigo 40.º do Código Comercial.
 - f) As Partes reconhecem reciprocamente a possibilidade de extensão do prazo de conservação dos Dados Pessoais em questão até ao termo do prazo legalmente definido para a prescrição de qualquer direito decorrente do cumprimento ou incumprimento do presente Contrato, com fundamento no interesse legítimo das mesmas para o efeito.
 - g) A informação relativa ao modo como os dados pessoais são tratados pela entidade adjudicante encontra-se divulgada na sua página oficial enquanto parte da

documentação institucional da mesma, estando acessível aos titulares de dados pessoais.

Artigo 32.º

Direito aplicável

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do CCP.

ANEXO A

Horários e tipologia da prestação de serviços de segurança e vigilância

1) Os serviços de vigilância e segurança devem ser prestados nos seguintes horários:

a. Sede – 24 horas por dia/ 7 dias por semana

b. Pólo de D. Ana Guedes:

Todo o ano com exceção do mês de agosto em que se encontra encerrado

- Das 13h30 às 20h00 (2.ª a 6.ª feira);
- Sábados, domingos e feriados: encerrado;

c. Pólo Cidade do Porto:

Todo o ano com exceção do mês de agosto em que se encontra encerrado

- Das 14h00 às 18h00 (2.ª a 6.ª feira);
- Sábados, domingos e feriados: encerrado;

2) Para os horários previstos nas alíneas b e c do número anterior o horário dos serviços de vigilância deve ser previsto de modo a garantir que o vigilante tem tempo suficiente para efetuar a ronda antes da abertura e após o encerramento.

3) No edifício sede considerando que o horário de abertura do edifício ao público é inferior a 24 horas dia, os serviços de realização de ronda serão incorporados nessas 24 horas.

4) As tipologias de horário poderão sofrer ajustes, a comunicar com uma antecedência mínima de 5 dias úteis, desde que tal não implique alteração do número de horas contratadas, a tipologia das mesmas ou o número de horas apuradas numa base trimestral.

5) Os horários poderão ser alterados com a possibilidade de compensação nos 3 meses seguintes.

6) Deve estar prevista a possibilidade de mobilização das horas alocadas a um local para outro local.

7) Os concorrentes devem, obrigatoriamente, indicar nas suas propostas os valores referentes às seguintes tipologias de serviço bem como o horário dos vigilantes a afetar em cada edifício:

Valor mensal de serviços regulares	€
Valor anual de serviços regulares	€
Valor hora regular	€
Valor hora extra semana diurna	€
Valor hora extra semana noturna	€
Valor hora extra fim-de-semana diurna	€
Valor hora extra fim-de-semana noturna	€
Horário vigilantes edifício sede	
Horário vigilantes polo CP	
Horário vigilantes polo AG	

ANEXO B

Especificações Técnicas Adicionais

Avaliação da qualidade da prestação de serviços de vigilância e segurança				
Principais Caraterísticas		Bom	Suficiente	Insuficiente
1	Assiduidade e pontualidade			
2	Atitude, aprumo, apresentação e postura de acordo com as condições definidas pela entidade adquirente			
3	Domínio de conhecimento técnico de operação dos sistemas de segurança instalados			
4	Capacidade de resposta adequada às solicitações e instruções da entidade adquirente			
5	Informações recebidas de terceiros (quando existentes) referente à qualidade da prestação de serviços			
6	Cumprimento da frequência de supervisão da prestação do serviço			